COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 782, DE 2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 782, DE 2017

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

EMENDA Nº

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 35 da Medida Provisória nº 782, de 2017:

| "A | rt. | 3 | 5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|-----|---|---|------|------|------|------|------|--|------|------|------|------|------|------|--|------|--|------|--|------|------|--|
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Parágrafo único. O Ministério dos Direitos Humanos adotará como diretrizes para o exercício de suas competências os princípios estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969."

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 678, de 1992, que promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, preconiza no seu art. 1º que a Convenção deverá ser cumprida tão "inteiramente como nela se contém". Nada mais óbvio do que tê-la como documento norteador das ações do principal órgão nacional dos Direitos Humanos, trazendo seus princípios para dentro da norma que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado DIEGO GARCIA